

FNCA NEWS

As últimas notícias e novidades do mundo jurídico



NESTA EDIÇÃO

JUROS ALTOS PRESSIONAM VAREJO, E SETOR FECHA MAIS DE 100 LOJAS EM UM ANO, MOSTRA ESTUDO

REESTRUTURAÇÃO ATINGE 20% DAS EMPRESAS QUE DESISTIRAM DE IPO

TURMAS DE TRIBUNAIS TRABALHISTAS DIVERGEM SOBRE ACORDOS COLETIVOS

CARF PERMITE CRÉDITO DE PIS/COFINS SOBRE MATERIAIS DE EMBALAGEM

OS IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA COMPRA E VENDA DE PRODUTOS

EMPRESARIAL

Juros altos pressionam varejo, e setor fecha mais de 100 lojas em um ano, mostra estudo

Os juros altos estão levando ao fechamento de lojas no varejo. Um levantamento da Ável Investimentos mostrou que, nos últimos 12 meses, varejistas do país registraram o fechamento de mais de cem lojas. O número de fechamentos é obtido a partir do saldo entre o número de unidades abertas e fechadas nos últimos 12 meses. O levantamento tem como base dados da Bolsa de Valores, leva em conta o período até março deste ano e não considera o setor de alimentos.

A taxa básica de juros, a Selic, está em 13,75% ao ano, o maior patamar em cinco anos, um dos motivos que a alta da taxa de juros altos dificulta o acesso ao crédito ao consumidor e ao comerciante, o que torna as compras mais caras e reduz o consumo. Além disso, os juros altos também encarecem o custo de produção, o que pode levar ao aumento dos preços dos produtos.

As varejistas estão lutando para se adaptar ao cenário econômico desafiador, seja fechando algumas lojas, seja buscando novas formas de economizar custos. O futuro do varejo é incerto, mas é certo que o setor será impactado pelos juros altos por algum tempo.

Reestruturação atinge 20% das empresas que desistiram de IPO

Cerca de 20% das aproximadamente 90 empresas que buscaram abrir capital na bolsa brasileira entre 2021 e 2022 e não obtiveram sucesso estão enfrentando processos de reestruturação de dívidas. Essa situação reflete o cenário de aperto monetário que afetou a saúde financeira de muitas empresas, especialmente devido à restrição do mercado de capitais neste ano, tanto em renda variável quanto em renda fixa.

O fechamento da janela para novos IPOs, devido à volatilidade do mercado e ao aumento dos juros, levou muitas empresas a não conseguirem realizar suas ofertas, resultando na necessidade de buscar opções de reestruturação. Além disso, o mercado de crédito privado também se tornou mais restritivo, limitando ainda mais as alternativas disponíveis. Muitas empresas planejavam usar a emissão de ações como uma opção mais barata do que buscar crédito no mercado, mas as mudanças nas condições econômicas e financeiras dificultaram seus planos.

Essas dificuldades financeiras não necessariamente indicam que as empresas já enfrentavam problemas graves quando buscaram o IPO. Empresas de diversos setores, especialmente varejo, estão enfrentando desafios significativos após a pandemia e estão buscando alternativas, seja por meio de venda de ativos ou reestruturação, para se manterem no mercado.

Saiba mais sobre Direito Empresarial com os Especialistas do FNCA.

TRABALHO

Turmas de tribunais trabalhistas divergem sobre acordos coletivos

Após um ano da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade de cláusulas em acordos coletivos que limitam direitos trabalhistas, empresas e trabalhadores enfrentam incertezas ao buscar decisões favoráveis nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). De acordo com um levantamento realizado pelo FAS Advogados, a aceitação ou rejeição de cláusulas coletivas ainda depende da interpretação das turmas julgadoras.

O julgamento do STF abordou um processo anterior à reforma trabalhista e estabeleceu a prevalência do que é negociado sobre a legislação. Apesar disso, a decisão dos ministros serve como referência para todo o Judiciário. No entanto, há divergências entre as turmas dos TRTs, o que resulta em processos pendentes e um valor total de R\$ 750 milhões em discussão, de acordo com dados da Datalawyer Insights.

Essa falta de consenso entre as turmas dos TRTs reflete-se em decisões contraditórias sobre cláusulas específicas. Alguns casos analisam a validade de cláusulas que tratam da compensação de horas extras com gratificação de função, bem como a modificação do divisor para cálculo de horas extras. As divergências têm gerado insegurança jurídica para empregadores e trabalhadores, dificultando o estabelecimento de uma jurisprudência estável nessa área.

Saiba mais sobre Direito do Trabalho e Relações Empresa e Funcionários com os Especialistas do FNCA.

TRIBUTÁRIO

Carf permite crédito de PIS/Cofins sobre materiais de embalagem

A 3ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) decidiu, por sete votos a um, permitir o aproveitamento de créditos de PIS/Cofins sobre material de embalagem.

A turma entendeu que as embalagens não eram apenas para transporte, mas também protegiam as resinas plásticas contra sujeiras, sendo consideradas matéria-prima produzida pelo contribuinte. O caso chegou à Câmara Superior após a turma inferior permitir o creditamento dos custos com as embalagens, sob o argumento que as embalagens fazem parte da cadeia produtiva, sendo essenciais para a integridade física e a prevenção de contaminação do produto final.

Apesar da divergência de um conselheiro que não considerou os pallets como essenciais, os demais conselheiros acompanharam o voto da relatora, resultando na permissão do creditamento dos custos com as embalagens.

Saiba mais sobre Direito Tributário, Planejamento Tributário e Recuperação de Tributos com os Especialistas do FNCA.

Artigo da Semana

Os impactos da Reforma Tributária na compra e venda de produtos

Nosso sócio, Vicente Alvarez, escreveu com exclusividade ao jornal Gazeta do Povo, um importante artigo sobre o tema.



[Acesse a Matéria](#)

No cotidiano, milhões de brasileiros têm acesso a uma ampla variedade de produtos e serviços essenciais, desde cuidados com a saúde e alimentação até lazer, produtos domésticos e vestuário. O setor varejista desempenha um papel fundamental ao disponibilizar esses bens e serviços, impulsionando a atividade econômica, gerando empregos e influenciando diretamente a qualidade de vida da população.

A simplificação e unificação dos impostos incidentes sobre o consumo têm o potencial de reduzir a burocracia no comércio varejista, tornando-o mais acessível e eficiente. Entretanto, é importante estar atento à alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), pois uma alíquota elevada, em torno de 25%, pode representar um risco considerável, especialmente para o varejo alimentício. Essa possibilidade de aumento de custos seria repassada para os preços finais dos produtos, impactando os consumidores e potencialmente afetando seu padrão de consumo.

Apesar dos desafios e riscos envolvidos, a Reforma Tributária também traz oportunidades para o setor varejista. Com uma abordagem cuidadosa e adaptável, as empresas podem se adaptar às mudanças e explorar as vantagens proporcionadas pela simplificação e revisão estratégica em termos tributários. Assim, poderão otimizar sua posição competitiva no mercado, enfrentando os desafios impostos pela reforma.

Converse com Vicente ou, com nossos Especialistas do FNCA.